



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 30 de outubro a 03 de novembro de 2017.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Câmara aprova reestruturação do gerenciamento do Sine](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou proposta que reestrutura o Sistema Nacional de Emprego (Sine) para permitir sua gestão e financiamento em cada esfera de governo (estadual, municipal e distrital), mantendo, no entanto, a coordenação com a União, por meio do Ministério do Trabalho.

[Câmara rejeita PEC sobre direito à greve e sindicatos para militares](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados rejeitou, nesta terça-feira (31), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/12, que pretendia estabelecer para os militares o direito de greve, de livre associação sindical e a outras formas de manifestação coletiva.

[Segurança aprova proposta que concede autonomia aos corpos de bombeiros](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que garante autonomia institucional, operacional e administrativa aos corpos de bombeiros militares. O texto aprovado define a instituição como autônoma e essencial à segurança pública e a separa das polícias militares.

[Comissão da Pessoa Idosa aprova jornada de 8 horas para funcionário a partir de 60 anos](#)

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou na terça-feira (31) o Projeto de Lei 6685/09, do Senado, que limita a jornada de trabalho de empregados com 60 anos ou mais a oito horas diárias. Esse limite, conforme a proposta, poderá ser prorrogado em até duas horas, por meio de acordo coletivo de trabalho, desde que o tempo excedente seja compensado no dia seguinte.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão aprova mudanças nas normas de segurança privada](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 6635/16, do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que altera as normas sobre segurança privada. O projeto prevê as seguintes mudanças: - abre o mercado de segurança privado brasileiro para empresas de propriedade e administração estrangeiras, o que hoje é proibido por lei;

[Segurança Pública aprova aumento de pena para organização criminosa](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6818/17, do deputado Vitor Valim (PMDB-CE), que aumenta a pena para o crime de organização criminosa.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Segurança Pública reduz tempo exigido a PM para fazer cursos de formação

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 712/15, do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que concede a policiais e bombeiros militares, com mais de três anos de efetivo exercício, licença para participar de curso de formação decorrente da aprovação em concurso público.

1.3 POLÍTICA

Ex-diretor do grupo J&F, Ricardo Saud fica em silêncio na CPMI da JBS

Durante pouco mais de duas horas, o ex-diretor de assuntos institucionais do grupo J& F Ricardo Saud repetiu dezenas de vezes, nesta terça-feira (31), que não iria responder às perguntas feitas pelos deputados e senadores da CPMI da JBS. “Vou usar meu direito constitucional de permanecer calado”, limitou-se.

MP do Fies é aprovada após acordo entre partidos; oposição mantém críticas à medida

A obstrução de partidos contrários às mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) marcou a análise da Medida Provisória 785/17 nesta terça-feira (31). A proposta teve a discussão encerrada na segunda-feira, mas partidos liderados pelo PCdoB apresentaram vários requerimentos que empurraram para a noite desta terça o início da votação da medida.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Comissão especial sobre revisão das medidas educativas do ECA pode votar relatório

A Comissão Especial sobre a Revisão das Medidas Educativas do Eca (PL 7197/02) se reúne nesta tarde para discutir e votar o parecer do relator, deputado Aliel Machado (Rede-PR). Machado defendeu o aumento do período de internação de adolescentes infratores como alternativa à discussão da redução da maioria penal.

Segurança Pública aprova novas composição e tarefas para conselho que fiscaliza execução de penas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que altera a composição e as competências dos conselhos da comunidade previstos na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).

Comissão rejeita texto que amplia assistência para fortalecer reintegração de ex-presos

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado rejeitou proposta do deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) que amplia a assistência a presos e ex-presos, com ênfase na reintegração social (PL 5415/16).



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

[Assassinato de jovens negros no país é três vezes maior do que o de jovens brancos](#)

O número de jovens negros assassinados no país é três vezes maior do que o de jovens brancos. Em audiência pública na Câmara nesta terça-feira (31), representantes do Governo e de organizações sociais destacaram que todos são afetados pelo genocídio da população negra no Brasil.

1.6 RELAÇÕES EXTERIORES

[Relações Exteriores aprova acordo de cooperação educacional entre Brasil e Belarus](#)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou a mensagem do Poder Executivo (MSC 315/17) que prevê acordo de cooperação entre o Brasil e Belarus na área de educação.

[Relações Exteriores aprova novo marco legal para transporte aéreo no Mercosul](#)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 776/17 que cria um novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre países-membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), entre os quais o Brasil.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

TERCEIRA-FEIRA (06)

9 horas

CPMI da JBS

Audiência pública para ouvir o delegado da Polícia Federal Victor Hugo Rodrigues Alves. Em seguida, haverá votação de requerimentos.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14 horas

Comissão Especial sobre a Unificação das Polícias Cíveis e Militares

Apresentação dos relatórios de missões oficiais pelo relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP); e deliberação de requerimentos.

Plenário 12

14h30

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15)

Audiência pública para debater o tema.

Foram convidados a representante do Instituto Igarapé, Michele Gonçalves dos Ramos; o desembargador do Tribunal de Justiça do RJ Paulo Rangel; o procurador do RS Jorge Terra; o ex-secretário da Justiça e Cidadania de SP Hélio Silva Júnior; e o diretor executivo da Educafro, Frei David Santos.

Plenário 11



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14h30

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Votação de requerimentos.

Plenário 15 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Votação de requerimentos.

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

QUARTA-FEIRA (07)

9 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para discutir a situação das escolas brasileiras, o Espaço do Trabalhador no Japão, *Working Holiday* e o visto para os Yonseis.

Foram convidados representantes dos ministérios do Trabalho; de Relações Exteriores; da Educação; e do projeto Kearu.

Plenário 3

9 horas

CPMI da JBS; e CPI do BNDES do Senado

Audiência pública para ouvir o empresário Wesley Batista.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

10 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado; e Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Encontro Nacional de Direitos Humanos 2017.

O evento continua à tarde e no dia seguinte, dia 9/11.

Auditório Nereu Ramos

11 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para discutir o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação (SisDIA), criado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército Brasileiro nos moldes da tríplice hélice para promover o desenvolvimento nacional por meio da sinergia entre a indústria, o governo (Defesa) e universidades.

Foi convidado o chefe do DCT, general Juarez Aparecido de Paula Cunha.

Plenário 3

14 horas

Secretaria da Mulher; e Frente Parlamentar Mista de Prevenção à Violência

Audiência pública para debater o enfrentamento da violência no Legislativo e nas políticas de Estado.

Foram convidados o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e parlamentares ligados ao tema.

Auditório Nereu Ramos



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

16h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Audiência pública para debater a concessão do porte de arma de fogo.

Foram convidados o ministro da Justiça, Torquato Jardim; o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra; e um representante do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma).

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 6

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/542776-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. **PODER LEGISLATIVO -**

SENADO
FEDERAL



2.1 **PROPOSIÇÕES APRESENTADAS**

Comissão vota projeto que prevê segurança privada em eventos esportivos

A segurança nos eventos esportivos, realizada atualmente apenas por forças das polícias militares, pode passar a envolver também serviços de guardas privadas. É o que estabelece projeto (PLS 457/2016) previsto para ser votado na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em reunião marcada para a próxima quinta-feira (1º), às 9h.

Uso das Forças Armadas na segurança pública é defendido na CRE

As Forças Armadas têm como funções originais a defesa do país e a garantia dos poderes constitucionais, mas a legislação permite seu uso na segurança pública se as forças de segurança tradicionais não forem suficientes.

Saud se recusa a responder perguntas na CPMI da JBS

O ex-diretor de Relações Institucionais da empresa J&F, Ricardo Saud, recusou-se a responder perguntas de senadores e deputados durante reunião da CPMI da JBS, nesta terça-feira (31). A comissão de inquérito investiga irregularidades em contratos entre a empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Presidente do Banco Central aponta para cenário de recuperação econômica

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou nesta terça-feira (31) que o país vive um período de desinflação e recuperação econômica, após dois anos de recessão. Em sua avaliação,



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

esse cenário só é possível porque, ultrapassada a fase de incertezas, o empresariado deixa de repassar a variação dos custos ao reajustar os preços ao consumidor.

[Ministro diz que só a reforma da Previdência dará folga aos gastos públicos](#)

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta quarta-feira (1º) aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que uma folga maior para a realização de despesas só será alcançada com a reforma da Previdência (PEC 287/2016). O texto está pronto para análise do Plenário da Câmara.

[Comissão de combate à violência contra a mulher pode debater a adoção compulsória](#)

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher tem reunião na terça-feira (7), às 15h. Na primeira parte dos trabalhos, devem ser analisados 15 requerimentos. As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) são autoras de um requerimento de audiência pública sobre a adoção compulsória, recomendada no caso de mães usuárias de drogas.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Inconstitucional norma do RJ que prevê afastamento automático de governador por recebimento de denúncia](#)

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu embargos de declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4772, para reconhecer a inconstitucionalidade da norma constante da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que determina o afastamento automático do governador no caso de recebimento de denúncia, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no caso de infrações penais comuns.

[Federação questiona norma sobre renegociação de dívidas dos estados e do DF com a União](#)

A Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5789), com pedido de medida cautelar, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra dispositivos da Lei Complementar Federal 159/2017.

[Liminar suspende transferência de Sérgio Cabral para presídio federal em MS](#)

Liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspende a transferência do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral para presídio Federal em Mato Grosso do Sul, que havia sido determinada pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Ministro rejeita pedido de revisão criminal feito por Ramon Hollerbach, condenado na AP 470

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) ao pedido feito pelo publicitário Ramon Hollerbach Cardoso, nos autos da Revisão Criminal (RvC) 5450, que buscava desconstituir parte de sua condenação, decidida pelo Plenário da Corte na Ação Penal 470, o chamado Mensalão.

Ministro nega mandado de segurança a ex-subprocuradora-geral da Justiça Militar acusada de improbidade administrativa

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão liminar que havia suspenso os efeitos de ato do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que puniu uma integrante do Ministério Público Militar. O órgão considera que a interrupção de férias sem retorno às atividades configura ato de improbidade administrativa.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal abre inscrições para curso on-line sobre sua história, competências e organização interna

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do programa *Conexão Cidadã*, da Seção de Educação a Distância, que oferece cursos gratuitos ao público, abrirá inscrições para o curso *on-line* "STJ: história, competências e organização e interna".

Suspensos recursos sobre dano moral em casos de violência doméstica contra mulher

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o sobrestamento dos processos pendentes de julgamento em segundo grau, bem como daqueles com recurso especial em fase de admissão, em que seja discutida a indenização de dano moral a ser paga nos casos de sentença condenatória por violência praticada contra a mulher em âmbito doméstico.

3.3 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

STM realiza primeira sessão administrativa utilizando a plataforma SEI

O Superior Tribunal Militar (STM), o mais antigo do país, ganhou mais uma ferramenta digital para o aumento da celeridade e qualidade processual. No último dia 25 de outubro, a Corte realizou, no Plenário, a primeira sessão administrativa com a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA

Governo e PGR assinam acordo para combate ao crime organizado no RJ

Os ministros da Defesa, Raul Jungmann, da Justiça, Torquato Jardim, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Sérgio Etchegoyen, assinaram hoje (31) com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, um protocolo de intenções para combate ao crime organizado no Rio de Janeiro.

4.2 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

RGPS: Arrecadação líquida da Previdência cresce 7% em setembro

A arrecadação do Regime Geral de Previdência Social, em setembro, aumentou 7% em relação ao mesmo mês do ano passado e foi de R\$ 30,1 bilhões. Se comparada a agosto de 2017, houve leve queda de 0,6%. A despesa com pagamento de benefícios teve aumento de 23,5% em relação ao mês anterior, ficando em R\$ 58,3 bilhões. Desse montante, cerca de R\$ 15,6 bilhões referem-se à antecipação de metade do 13º salário dos benefícios previdenciários.

INSTITUCIONAL: Inteligência Previdenciária participa de treinamento para combater fraude documental

A Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária (COINP) da Secretaria de Previdência participou, nessa terça-feira (31), do treinamento avançado sobre Boas Práticas de Combate à Fraude Documental.

4.3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA

PRF inicia Operação Finados 2017 nas estradas brasileiras

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia, nesta quarta-feira (1º), a Operação Finados 2017. Até às 23h59 do próximo domingo (5), o órgão reforçará o policiamento nas rodovias federais de todo o Brasil. Entre as ações planejadas para o feriado está a concentração da fiscalização em locais e horários de maior incidência de acidentes e crimes, de acordo com estatísticas da PRF.

1.000% de aumento na apreensão de munição a caminho do Rio

Como parte da estratégia de combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) vem registrando um significativo aumento no número de munições de armas de fogo apreendidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas vias que ligam estados da faixa de fronteira e o Rio de Janeiro.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

Ministro pode ter falado verdade sobre RJ de forma errada, diz Rodrigo Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse, em Pistoia (Itália), acreditar que as declarações do ministro da Justiça, Torquato Jardim, sobre a condução da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro sejam verdadeiras, mas que o ministro agiu de forma inadequada.

O drama da violência

Divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma organização sem fins lucrativos especializada na análise de dados solicitados ao Ministério da Justiça, às Secretarias de Segurança e às Polícias Civil e Militar dos Estados com base na Lei de Acesso à Informação, o mais novo mapa da violência do País mostra que o quadro da criminalidade está cada vez mais sombrio e que as taxas de morte violenta vêm batendo recordes.

Declaração de Torquato inibe articulação para mudar diretor-geral da PF

A polêmica envolvendo o comentário do ministro da Justiça, Torquato Jardim, interrompeu uma nova tentativa de trocar o diretor-geral da PF, Leandro Daiello, em curso no Planalto. Os defensores da mudança recuaram porque a troca na PF é sensível, por ser associada a movimentos para estancar a Lava Jato, para ser efetuada em meio à crise motivada por declaração do ministro de que policiais do Rio são sócios do crime organizado.

PM do RJ exonera agentes que investigam crimes de policiais militares

Comando da Polícia Militar exonerou, nesta quarta-feira (1º), seis oficiais da Corregedoria da corporação. São cinco majores e um tenente-coronel que foram retirados dos cargos no dia seguinte à nomeação do coronel Fernando de Oliveira Pimenta – ex-comandante do Batalhão de Choque – como novo corregedor da PM do Rio de Janeiro. Os seis foram transferidos para o Departamento de Pessoal da corporação.

Pezão vai à Justiça contra o ministro Torquato Jardim

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, questionou judicialmente o ministro da Justiça, Torquato Jardim, sobre as acusações feitas por ele contra a segurança pública do estado. O governador afirmou ao G1 que assinou digitalmente o documento elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado e que a representação já foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

[PECs – PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL ENTRAM NA PAUTA DA CCJ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS](#)

Entraram na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados as propostas de Emenda Constitucional que tratam do denominado Ciclo Completo de Polícia.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 03 de novembro de 2017.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUCOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.